

SOCIEDADE DE RISCO E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CONSUMO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE SEMILIBERDADE

RISK SOCIETY AND VIOLENCE: REFLECTIONS ON THE CONSUMPTION PRACTICES OF ADOLESCENTS IN COMPLIANCE WITH PARTIAL FREEDOM

SOCIEDAD DE RIESGO Y VIOLENCIA: REFLEXIONES SOBRE LAS PRÁCTICAS DE CONSUMO DE ADOLESCENTES EN CUMPLIMIENTO DE LA SEMILIBERIDAD

Priscilla Karla da Silva Marinho¹
Raquel de Aragão Uchoa Fernandes²
Laura Susana Duque Arrazola³

Resumo

O artigo⁴ trata de uma reflexão sobre a violência como fenômeno intrínseco à sociedade brasileira, cujas desigualdades sociais acarretam riscos sociais, notadamente para um grupo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, dado o seu caráter ambivalente de tutela versus responsabilização. A pesquisa possui abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos a partir do desenvolvimento de oficinas e de entrevista com aplicação de roteiro semiestruturado junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade na Região Metropolitana do Recife. A análise dos dados foi realizada com base nas referências levantadas e na Análise do Discurso. Os resultados apontam que as práticas de consumo são hierarquizadas e, em muitos momentos, estereotipadas, no sentido de segregação deste jovem. Portanto, a utilização de marcas específicas revela a dimensão simbólica do consumir que é imbricada pelas questões de pertencimento e pela violência, mas perpassa, sobretudo, pela condição de classe social.

Palavras-chave: Sociedade de Consumo; Cotidiano; Juventude; Classe Social; Medida Socioeducativa. **Key-**

Abstract

This paper deals with a reflection on violence as an intrinsic phenomenon to Brazilian society, whose social inequalities carry social risks, notably for a group of adolescents in compliance with a socio-educational measure of semi-freedom, given its ambivalent character of guardianship versus accountability. The research has a qualitative approach, whose data were obtained from the development of workshops and interviews with the application of a semi-structured script with adolescents in compliance with a socio-educational measure of semi-freedom in the Metropolitan Region of Recife. Data analysis was performed based on the references raised and the Discourse Analysis. The results indicate that consumption practices are hierarchical and, in many moments, stereotyped, in the sense of segregation of this young man. Therefore, the use of specific brands reveals the symbolic dimension of consumption that is intertwined with issues of belonging and violence, but which, above all, permeates the condition of social class.

words: Consumer society; Daily; Youth; Social class; Social development.

¹ Economista doméstica, mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social PGCDs/UFRPE. Integra coordenação colegiada do Observatório da Família. E-mail: pri_facchini@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenadora do Observatório da Família/UFRPE e do Programa CapacitaSUAS/PE. E-mail: aragaouchoa@hotmail.com

³ Socióloga, doutorada em Serviço Social. Professora do Departamento de Ciências do Consumo/ DCC e do Programa de Pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/PGCDs-UFRPE. E-mail: lsduquearrazola@gmail.com

⁴ Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo auxílio financeiro à pesquisa que deu origem a este artigo, parte da dissertação de mestrado defendida e aprovada em junho de 2019, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.

Resumen

El artículo aborda una reflexión sobre la violencia como un fenómeno intrínseco para la sociedad brasileña, cuyas desigualdades sociales conllevan riesgos sociales, especialmente para un grupo de adolescentes que cumplen con la medida socioeducativa de semi-libertad, dado su carácter ambivalente de la tutela versus la rendición de cuentas. La investigación tiene un enfoque cualitativo, cuyos datos se obtuvieron del desarrollo de talleres y entrevistas con la aplicación de un guión semiestructurado con adolescentes en cumplimiento de una medida socioeducativa de semi-libertad en la Región Metropolitana de Recife. El análisis de los datos se realizó con base en las referencias planteadas y el análisis del discurso. Los resultados indican que las prácticas de consumo son jerárquicas y, en muchos momentos, estereotipadas, en el sentido de segregación de este joven. Por lo tanto, el uso de marcas específicas revela la dimensión simbólica del consumo que se entrelaza con cuestiones de pertenencia y violencia, pero que pasa, sobre todo, por la condición de clase social.

Palabras clave: Sociedad de consumo; Diario; Juventud; Clase social; Medida socioeducativa.

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte da dissertação intitulada “A adolescência e a medida socioeducativa de semiliberdade: reflexões sobre o cotidiano e a sociedade de consumo”, que teve como objetivo analisar a relação da adolescência em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade⁵ com a sociedade de consumo. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que como técnica de coleta de dados utilizou-se da entrevista com aplicação de roteiro semiestructurado, realizada com oito profissionais da equipe técnica multidisciplinar e com quatro adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade na Região Metropolitana do Recife.

A pesquisadora, em concomitância com a realização das entrevistas, acompanhou as atividades do cotidiano das instituições de semiliberdade de setembro a outubro de 2018, com a participação total de 80 adolescentes e 26 famílias. As atividades consistiram na realização de 12 oficinas temáticas a fim de refletir o contexto da medida socioeducativa e promover a aproximação com profissionais, adolescentes e familiares. Posteriormente, a análise dos dados foi realizada com base nas referências levantadas e na Análise do Discurso de Eni Orlandi. Como resultado da pesquisa surgiu que os discursos pautados sobre o consumo são significados pela caracterização dos adolescentes e não somente por estarem em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade.

⁵ A semiliberdade enquanto medida socioeducativa prevista no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, no artigo 158 consta sobre a semiliberdade, que é: III - a apresentação das atividades de natureza coletiva; IV - a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do Art. 49 desta Lei; e V - a previsão de regime disciplinar nos termos do Art. 72 desta Lei (Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.).

O presente artigo possui como objetivo dialogar sobre a Sociedade de Risco e a violência como fenômenos na adolescência⁶ com base nos reflexos da Sociedade de Consumo. É fundamental apontar que apesar dessas categorias teóricas perpassarem os demais estágios de desenvolvimento humano, este trabalho aponta a adolescência, dada a fase de indivíduo em desenvolvimento, a negligência e violação de direitos as quais estão submetidas crianças e adolescentes no País. Além disso, a categoria da adolescência possibilita diálogo com a ambivalência da tutela versus responsabilização, pautada pelas discussões sobre o sistema socioeducativo, enquanto as práticas de consumo vêm sendo colocadas reiteradamente como disparadoras de atos infracionais.

Na compreensão da categoria de Sociedade de Risco, principalmente porque não se pode perder de vista a reflexão sobre as classes sociais, Beck (2011, p.41) sinaliza que “assim como na história da distribuição das riquezas os riscos estão alinhados ao esquema de classes, as riquezas se acumulam em cima, enquanto os riscos embaixo”. A posição social da juventude brasileira é permeada por permanências históricas quanto a trajetórias socioeconômicas e cotidianos vulneráveis socialmente, além da construção de narrativa pautada na institucionalização, que atualmente deixa saliente a problemática do encarceramento da juventude.

É preocupante o cenário da tutela dos meninos e meninas pelo Estado, visto que no Sistema Socioeducativo ainda falta muito para incorporar a lógica dos Direitos Humanos, se pensarmos que a lógica de produção dos espaços socioeducativos deveria ser fundamentada em práticas educativas e não punitivas. No entanto, Chies (2013), quando reflete sobre o sistema de penalidades, diz que as suas duas funcionalidades são a docilização dos corpos e a produção da delinquência “[...] seja porque a primeira se utiliza também da utilização econômica das forças corporais, seja porque a segunda contribui para a moralização da classe trabalhadora e para o ocultamento da criminalidade que se pode associar à classe dominante” (CHIES, 2013, p.20).

Para este artigo, o enfoque nos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade se justifica dado o seu caráter de cerceamento parcial da liberdade do/a adolescente e sua integração às mais diversas instituições do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, como escola, família, CAPs (Centro de

⁶ Para este trabalho, juventude e adolescentes serão correlatos conceitualmente dado o imbricamento de faixa etária. Conforme o Estatuto da Juventude, Lei nº12.852/2013, a juventude compreende os indivíduos de 15 a 29 anos de idade. Adolescente, para o Estatuto da Criança e do/a Adolescente, Lei nº 8.069/1990, corresponde aos indivíduos de 12 a 18 anos de idade.

Atenção Psicossocial), entre outros, que vão caracterizar assim o acesso dos/as adolescentes aos seus direitos fundamentais, bem como negligências e violação dos mesmos.

Em 2018, conforme o relatório anual da Fundação de Atendimento Socioeducativo, “houve 1.240 atendidos em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade, nas Casas de Semiliberdade/CASEM's, localizadas nos municípios de Recife, Olinda, Caruaru, Petrolina, Garanhuns e Jaboatão dos Guararapes” (FUNASE, 2019, p.9).

Dentre a população atendida na Semiliberdade, “a população masculina representa maioria, assim como a faixa etária de 16 e 17 anos, a cor parda, a renda familiar abaixo de 03 salários mínimos, os usuários de maconha, os residentes no Recife e os autores de ato infracional roubo” (FUNASE, 2019, p.14). Diante disso, é possível desenvolver a discussão em três pontos. O primeiro se dá a partir da reflexão sobre as adolescências como categoria de estudo na Sociedade de Risco. O segundo versa sobre como essa Sociedade de Risco, que também é a Sociedade de Consumo, aponta para a produção de violências, contextualizando a situação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. E, por fim, o terceiro ponto de reflexão situa a questão geracional dentro deste contexto de violência cotidiana de cumprimento de medida socioeducativa a partir de narrativas sobre o consumo dos adolescentes em cumprimento de semiliberdade.

Para isso, vamos lidar com a concepção de Ulrich Beck (2010), sociólogo alemão que desenvolve sobre as mudanças de uma sociedade industrial para uma sociedade baseada na concepção de ampliação dos riscos por volta do século XX. Beck (2010) aborda a equalização dos riscos, no sentido de amplitude. A rapidez nas interações sociais no dia a dia acabam por imprimirem novas configurações de relações. Essa concepção se alinha ao apontamento de Souza (2015, p. 17), de que “a nova ordem mundial tem como principal característica o fenômeno da globalização”. Esta pode ser compreendida enquanto movimento que interconecta espaços e indivíduos, dado o seu potencial de intensificar as relação sociais, tal como sinalizam autores como Giddens (1991); Souza (2015).

O processo de globalização desencadeia para o fenômeno da sociedade em rede, com destaque para os estudos de Manuel Castells (1999), em que o autor reflete em sua trilogia intitulada *A Era da informação*, os três processos importantes nessa era: “a revolução da tecnologia da informação, a crise econômica do capitalismo e do estatismo e sua consequente reestruturação e o apogeu de movimentos sociais culturais, tais como o liberalismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo” (SOUZA, 2015, p. 18).

O segundo ponto versa sobre como a Sociedade de Risco que assume expressões da Sociedade de Consumo aponta para a produção de violências, na obra “A ética é possível num mundo de consumidores?”, sobre os valores de liberdade e segurança na pós-modernidade. Bauman ([1925] 2011, p.20) aponta que “em vez de seguir o caminho do progresso linear em direção a mais liberdade e a mais segurança, podemos observar um movimento pendular: primeiro opressivo e firmemente no sentido de um dos valores; depois, afastamento de um e aproximação do outro”. De modo que, a sociedade vem se comportando em ciclos de ameaça à liberdade e à segurança traduzidos, por exemplo, pelo encarceramento em massa da população.

Com destaque para a situação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o terceiro ponto de reflexão situa a questão geracional dentro deste contexto de violência cotidiana, a partir das complexidades sobre as práticas de consumo dos adolescentes. Sobretudo, quando ocorre a falta da efetivação dos direitos fundamentais, conforme garante o Art. 5º da Constituição Federal de 1988 - direitos à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade - , somando-se a estes os direitos sociais, que compreendem o direito à saúde, educação, lazer, cultura, convivência comunitária, entre outros, imprescindíveis para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Apesar dos avanços políticos, sociais e da tomada de responsabilidade pelo Estado, a partir de uma lógica mais democrática com a Constituição Federal de 1988, principalmente no campo dos Direitos Humanos, ainda há pendências no campo da efetivação desses direitos, sobremaneira, no campo teórico e prático da infância e adolescência no Brasil. Portanto, vamos abordar a Sociedade de Risco e violência não como ponto de partida, mas como desdobramentos de um processo de construção social em curso na Sociedade de Consumo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Adolescências em construção em diálogo com práticas de consumo

A adolescência enquanto período geracional acaba por produzir um fluxo de aproximações e distanciamentos conceituais, por isso a necessidade de olhar para a compreensão de adolescências, no plural. Haja vista, que não tem uma única expressão de cultura jovem. “Não há, pois, uniformidade nos padrões específicos de um jovem para outro e

nem valores e comportamentos partilhados pelos grupos de adolescentes, podendo variar entre grupos” (CAMPOS, 1987, p.38). É preciso, assim, ressaltar a pluralidade de contextos, no sentido de que não é possível explicar a partir de uma, senão múltiplas realidades.

É importante salientar que os contextos atuais aos quais estão submetidos a maioria dos jovens brasileiros é de precariedade socioeconômica, “com expressões de violência social, a compor um quadro de invisibilidade social desse amplo segmento [...] comumente rompido em momentos de crise, conflitos e extrema violência sofrida ou praticada por eles” (SALES, 2007, p.22). De modo que os/as adolescentes que integram o sistema socioeducativo apresentam essas características, reificadas na ainda rarefeita cidadania resultante de duros embates, morais e intelectuais, da sociedade civil organizada a partir dos movimentos sociais em prol dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Segundo o enfoque sociológico, “nesse período [geracional] ocorrem muitas mudanças nos papéis que o adolescente deve assumir e nas demandas estabelecidas pela sociedade, que, em muitas ocasiões, chegam a ser contraditórias, o que pode gerar bastante estresse para o adolescente” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p.312). É possível destacar várias demandas sociais nesse momento de transição da infância para a vida adulta, bem como a escolha profissional, a independência social, econômica e afetiva da família, a consolidação dos valores e do papel de gênero, entre outros.

Os grupos sociais na adolescência que se destacam são a família e os amigos. “São apontados, pelo psicólogo argentino Bohoslavsky, como os dois grupos de onde vêm as principais pressões e os principais elementos para que o indivíduo se referencie quando escolhe algo, inclusive sua profissão” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 318), destacando, assim, as relações sociais enquanto dinâmicas que vão englobar essas relações interpessoais a partir da constituição de grupos.

Ao interagir os aspectos psicológicos e de sociabilidade se faz pertinente destacar que o/a adolescente sente a necessidade de fazer parte de um grupo e ser reconhecido perante ele, conforme algumas teorias do desenvolvimento humano⁷. Isso se dá pela percepção da leitura que fazem quando percebem que seus pais/responsáveis não estão passando pelas mesmas problemáticas que eles/as. “O adolescente busca as suas próprias referências, marcando com isso a sua singularidade em relação à família” (COUTINHO, 2009, p.35).

Quanto à caracterização biopsicossocial, a adolescência, para Bock, Furtado e Teixeira (2008), é o período a partir dos 11 ou 12 anos de idade, que se caracteriza pelas operações

⁷ABERASTURY (1980); ERIKSON (1968); PALACIOS; OLIVA (2004); OUTEIRAL (2008).

formais. Biologicamente, Coll; Marchesi e Palácios (2004) diferenciam adolescência de puberdade. O período entre 11 e 12 anos de idade é a puberdade, que consiste no conjunto de mudanças físicas que, ao longo da segunda década de vida, transformam o corpo infantil em um corpo adulto capacitado para a reprodução, sendo portanto um fenômeno universal para todos, como fato biológico que é e como o momento de maior importância para a maturação do ser humano. A adolescência, para Coll; Marchesi e Palácios (2004), é um período biopsicossocial que se prolonga por vários anos mais e se caracteriza pela transição ente a infância e a idade adulta.

Entende-se assim, o/a adolescente hoje como sujeito de direito integral, onde a família, a escola e a comunidade aparecem como espaços de desenvolvimento social privilegiados. Cabe ressaltar que por comunidade estamos compreendendo o *lócus* das relações sociais, o que passa pelas oportunidades de vivenciar os direitos fundamentais. No entanto, nem sempre essas instituições de referência para os/as jovens se apresentam em seu cotidiano, deixando assim de serem elos de sociabilidade e afetividade. Para Coutinho (2009), a adolescência hoje é marcada por desafios na construção de projetos futuros, pela busca por novas maneiras de se relacionar amorosa e sexualmente e pelo envolvimento por vezes problemático com drogas e situações de violência. Assim, em orientação no Atlas da violência de 2019 surge como consideração de que

[...] é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho (IPEA; FBSP, 2019, p.30).

De acordo com os dados estatísticos da FUNASE (2019, p.9)

[...] no ano de 2018, foram atendidos 8.596 adolescentes de ambos os sexos, envolvidos e/ou autores de ato infracional, em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, bem como na Internação Provisória e no Atendimento Inicial, com faixa etária de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos de idade incompletos e, excepcionalmente, até 21 anos.

São adolescentes que apresentam em sua maioria fragilidades nos vínculos com as instituições de referência para o seu desenvolvimento integral. Conforme Campos (1987, p.28), “a sociedade cria todo um universo de regras, leis, costumes, tradições e práticas, visando perpetuar os valores comumente aceitos e enfrentar os problemas experimentados por todos os membros”. Neste sentido, as oportunidades de vida para os/as adolescentes referem-se não a uma existência abstrata, mas a ordem do concreto e simbólico, ou seja, que permeia, por

exemplo, a oferta de serviços socioassistenciais e oportunidades, e da capacidade real e subjetiva de acessá-las. De modo que “a falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no País a não estarem estudando nem trabalhando em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em consequência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação” (IPEA, FBSP, 2019, p. 6).

Para Barbosa (2012), é possível destacar a compreensão de juventude do ponto de vista sociológico, político e mercadológico. Do ponto de vista sociológico, os jovens são representados ora como agentes de mudança em contraponto ou concorrente à compreensão de rebeldia social, ou a partir do limiar entre a infância e a vida adulta. Quanto ao ponto de vista político, são apontados como engajados, alienados ou alternativos, e pelo ponto de vista dos mercados, são as gerações baseadas a partir da faixa etária que englobam caracterizações de mercado como moda, arte etc.

Ao conectar o consumo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade à cultura do consumo, é possível conversar com a obra de McCracken (2012), a qual reflete sobre as performances do significado cultural que assume características de volátil, “instável”, inconstante, sempre em movimento. Ao passo que, para McCracken (2007), os significados culturais se apresentam em princípios culturais e em categorias culturais.

Princípios culturais referem-se a como o indivíduo se coloca e é percebido no coletivo, em inflexão com a problemática estudada; a utilização dos signos pelos/as adolescentes ganha essa dimensão do reconhecimento e/ou auto reconhecimento coletivo. Ser e pertencer são pontuados enquanto caracterizações de suma relevância quando nos atemos a esse período de transição geracional. Já as categorias culturais são o valor que aquele objeto caracteriza para este sujeito, ou melhor, é quando as acomodações ou percepções do mundo fazem sentido.

Portanto, a discussão do consumo não é colocada como negativa, mas sim a partir dos estudos culturais, e é relevante para a construção identitária. “A adoção do conceito de consumo cultural como lugar de construção de identidades na linha do *cultural studies* aproxima-se especialmente da perspectiva antropológica” (MACHADO, 2011, p.41).

A relação dos indivíduos na sociedade de consumo pode ser discutida a partir da obra “Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria”, de Zygmunt Bauman (2008), onde o autor tenta dar conta de refletir as transformações em curso na sociedade de consumo que se coloca como traço tão marcante da vida contemporânea. O livro está dentro de uma produção onde o sociólogo polonês elabora sobre a efemeridade das relações

humanas, discutindo sua teoria sobre a modernidade líquida que cria uma nova organização social. Os indivíduos tornam-se ao mesmo tempo promotores de mercadorias e também as próprias mercadorias promovidas.

Dessa forma, é possível articular não só o consumo de experiência, mas também a exposição dos adolescentes nas redes sociais à promoção dos indivíduos em mercadoria, como salienta Bauman (2008), onde ocorre com mais ênfase na esfera virtual com a utilização das redes, facilitada por sistemas e inovações tecnológicas.

Para Bauman (2008), esse ambiente das redes sociais cria uma relação e equiparação de pessoas a mercadorias, onde o sujeito com relação com o objeto exerce um papel cartesiano - aquele se apresenta soberano, incontestado, desobrigado. Essa constatação se dá a partir da centralidade da mercadoria nessas relações de consumo. Para aprofundar essas questões ele se atém ao estudo do controle das emoções de Georg Simmel – Sociologia dos sentidos – e apresenta a composição em contraponto da alegria na compra e a aquisição em si tomada por frustração, dor e remorso.

“Tal como o fetichismo da mercadoria que assombrava a sociedade de produtores, o fetichismo da subjetividade que assombra a sociedade de consumidores se baseia, em última instância, numa ilusão” (BAUMAN, 2008, p. 29). A ilusão criada por essa sociedade de consumidores cria situações que não se restringem apenas ao ambiente virtual: “O consumismo dirigido para o mercado tem uma receita para enfrentar esse tipo de inconveniência: a troca de uma mercadoria defeituosa” (BAUMAN, 2008, p. 31), uma vez que as relações interpessoais e das pessoas com os próprios serviços e produtos são mais exigentes no tocante às características esperadas pelo indivíduos, dada a capacidade de escolha, comparação e contexto.

Portanto, para compreendermos a adolescência é necessário o olhar atento às transformações sociais no cotidiano da sociedade, sobretudo quando esta assume expressão a partir do risco e do consumo, quando o risco se dá a partir de um lógica ambiental, social, econômica e cultural fundamentada na desigualdade, e o consumo se torna central nas relações sociais e na produção desses riscos. Coutinho (2009) reflete que, o que “marca a geração atual é a sua imersão na sociedade de consumo, centrada no presente e na posse de objetos e as influências das novas tecnologias, da mídia, do telefone celular e da Internet, que repercutem em várias dimensões da vida do jovem”, de modo a revelar a importância de compreender as práticas de consumo dos jovens para apreender sobre a diversidade de visões de mundo dessa categoria geracional.

Sociedade de Risco e o contexto socioeconômico da violência

As estratégias de sobrevivência mobilizadas por crianças e adolescentes expulsos ou compelidos do ambiente familiar só vão, portanto, ganhar alguma densidade quando começam a se transformar em práticas lesivas ao patrimônio público, desenvolvidas por bandos e galeras de crianças e adolescentes que erram cidades e país afora, no capitalismo periférico, procedendo à incômoda ocupação de ruas, praças e calçadas (SALES, 2009, p. 24).

A exposição a vulnerabilidades sociais, assim como o colocado na reflexão que inicia esse subitem, revela toda uma face de invisibilidade dos jovens como sujeitos de direitos no País. Essa exposição reiterada no cotidiano constitui-se como fator de risco que compõe e caracteriza a sociedade enquanto uma Sociedade de Risco, onde a mesma sociedade, que a partir de suas organizações e instituições deveria estabelecer a proteção, acaba por promover contextos de violências.

Vivemos em um momento de transformação da sociedade, onde ela é “caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens” (BECK, 2010). Ao passo que produz avanços e riquezas, desencadeia uma série de fatores contraditórios, elencados, por exemplo, como problemáticas sociais e catástrofes ambientais, isto é, quando não se tem a mesma rapidez para a neutralização dos problemas advindos dos avanços tecnológicos, dada a tamanha exposição dos sujeitos. Beck (2010) exemplifica essa situação em questões que vão desde o social, perpassando pela política e cultural, de modo a questionar essa corresponsabilidade na exposição dos sujeitos, seja individual ou coletiva.

Quanto à responsabilidade social, as mudanças nas formas de se relacionar socialmente acabam por impactar as instituições. Beck (2010) aponta que a família é uma dessas instituições, a qual vem passando ao longo do tempo por um processo de destradicionalização que acaba por repercutir em outras esferas. “A família tende a tornar-se um malabarismo constante com desgastantes ambições de multiplicação entre demandas profissionais, obrigações educacionais, cuidados com as crianças e a monotonia do trabalho doméstico” (BECK, 2010, p. 115). Logo, Beck (2010, p.115) sinaliza que “surge o modelo de família negociada em longo prazo, na qual posições individuais autonomizadas assumem, até nova ordem, um controverso acordo de metas para regular o intercâmbio emocional”. De modo que, a ausência familiar vem sendo responsabilizada por problemáticas sociais, quando na verdade é a lógica de produção e reprodução da vida que vem sendo baseada no risco.

Nos processos de reestruturação e recomposição do capitalismo contemporâneo, cada vez mais complexo e global, temos o fenômeno da reestruturação produtiva, da reforma do Estado, da globalização da produção e dos mercados e da expansão do capital transnacionalizado, condensado, entre diversos aspectos, um novo tratamento para a “questão social⁸” (MALTA, 2007, p.152).

Neste sentido, trazer para o diálogo a questão social na discussão, sugere a contextualização do cotidiano das relações sociais, que afeta a juventude principalmente no que tange à projeção de futuro e nas definições das posições sociais. O cotidiano “é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens [e mulheres] singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social” (NETO; CARVALHO, 2000, p. 35), onde as atividades da vida cotidiana são contextualizadas enquanto produção e reprodução social, contemplando as dimensões individuais e coletivas desses sujeitos.

No entanto, dada à complexidade dos contextos, é preciso o ajuste de lentes na observação dessa dinâmica cotidiana, as relações sociais. Malta (2007, p. 151) caracteriza a nova questão social “pelo descompasso que se instala entre as manifestações da pobreza e das desigualdades, precarização do trabalho e das lutas pelas garantias e direitos sociais, o princípio da “coesão social” pela via do Estado Social e a degradação do tecido social⁹”.

Portanto, para refletir o contexto da violência o cenário será o cotidiano e, a partir dele, como os/as adolescentes acabam neste ciclo. Sales (2007, p. 21-22) aponta que

a situação de crianças e adolescentes no Brasil coincide com expressões agudas da violência social¹⁰, a compor um paradoxal quadro de invisibilidade social desse amplo segmento – conivente com a reprodução de condições socioeconômicas geradoras e/ou perpetradoras da iniquidade social – somente rompido em momentos de crise, conflito e violência extrema, sofrida ou praticada por eles/as.

Em síntese, observa-se uma série de violações de direitos cotidianos, aos indivíduos e às famílias brasileiras. Os/As adolescentes atuais em cumprimento de medida socioeducativa estão inseridos nesse cotidiano complexo e vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social evidenciados por publicações como o Mapa e o Atlas da violência. “No Atlas da Violência 2019, verificamos a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos

⁸ Para Iamamoto (2001, p.17) apud Carvalho (2010, p. 29-30) está ligada à emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, especialmente exigindo o reconhecimento como classe, pelos representantes do poder, em especial, do próprio Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais em questão.

⁹ No centro das preocupações e com uma abordagem social-democrata, as teses de Castel e Rosavallon oferecem um amplo quadro analítico tomando como ponto de partida a constituição da sociedade salarial e do Estado Providência na realidade francesa (MALTA, 2007, p.152).

¹⁰ Para Minayo (1994); Telles (2001) apud Sales (2007, p.21) é uma categoria que envolve questões como a desigualdade, o desemprego, a precarização do trabalho, a degradação das condições de vida, a incivilidade, a alienação no trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo, dentre outras.

indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições” (IPEA; FBSP, 2019, p.49).

De acordo com Waiselfisz (2014) no Mapa da Violência de 2014 em edição especial sobre a juventude, os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. O Atlas da Violência de 2019 realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) salienta que “em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no País” (IPEA; FBSP, 2019, p.4).

Tal problema ganha contornos ainda mais dramáticos quando levamos em conta que a violência letal acomete principalmente a população jovem. Para se ter uma ideia, 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 e 19 anos de idade são ocasionados por homicídio (IPEA, 2019, p.5).

No Mapa da Violência (2016), em edição especial sobre homicídios por armas de fogo, os jovens de 15 a 29 anos de idade representavam, aproximadamente, 26% da população total do País no período analisado, mas a participação juvenil no total de HAF (homicídios por arma de fogo) mais que duplicou o peso demográfico dos jovens: 58% (WAISELFISZ, 2016). De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra (IPEA; FBSP, 2018 p. 30).

Em Pernambuco, no ano de 2017 foram “199 assassinatos de crianças e adolescentes de um total de 2.038 mortes registradas no período, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS)” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017). De modo que não apenas a situação de mortes se coloca como violações, mas também “outros 480 sobreviventes dessa ‘guerra’ terminaram encaminhados para as unidades da FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) nos dois primeiros meses de 2017 no Estado de Pernambuco” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017). Com isso, é possível refletirmos que o Estado se apresenta muitas vezes como violador dos direitos dos indivíduos, com destaque para os/as adolescentes, e que é preciso conhecer os seus dispositivos de promoção, proteção e garantia de direitos.

A violência avulta como produto da cidadania escassa no Brasil – a qual se traduz como modalidade histórica de inscrição socioétnica subalternizada de vários grupos e segmentos sociais na divisão social repartição de riquezas do país, caso da maioria das crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras, configurando lhes um acesso precário e intermitente aos direitos sociais – e coloca-se como desafio à

democracia e à criação de um verdadeiro estatuto para os direitos civis: uma realidade a qual ninguém pode permanecer indiferente (SALES, 2007, p. 48).

Por esse ângulo, Sales (2007, p.38) indica que “o papel do Estado, reduzido ao mínimo, passa a ser justificado pela realidade da insegurança que ronda a propriedade”. Isto é, a insegurança passa a ser colocada em voga principalmente porque o Estado é que se responsabiliza pela garantia da propriedade privada, importante moeda para o capital. Logo, “o Estado moderno é impensável sem o capital – seu real fundamento –, e este, por sua vez, tem no Estado o seu complemento necessário” (ANTUNES, 2002 apud SALES, 2007, p.38). Pois, conforme Sales (2007, p.39) destaca, segurança para a burguesia significa “garantia da propriedade privada, manutenção da paz e da ordem, necessárias ao processo de produção e acumulação”.

A violência é, pois, manifestação do poder, expressão de como as relações sociais estão organizadas, de como o capitalismo se engendrou e se perpetua no país. É exploração, opressão e dominação, mas não é somente força pura (SALES, 2007, p.59). Por cultura de violência, entendemos, portanto, uma sociabilidade que valoriza o recurso histórico e atual do emprego da violência para a solução de conflitos (SALES, 2007, p.59-60). De modo que

trabalhar a violência no universo da juventude, em todo o contexto de transformações existentes, obriga analisar a relevância da violência na “produção de mentalidades, padrões de sociabilidade, efeitos na esfera pública e privada” e seus enraizamentos em diferenciadas instituições, como família, escola e Estado (CARVALHO, 2010, p.45).

Sendo assim, crianças e adolescentes “consistem em um dos segmentos sociais que mais exprimem o estado de cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil”, de acordo com Sales (2007, p. 90). Ainda em conformidade com Sales (2007, p. 90), “as crianças e adolescentes alvos de uma violência social expressa na falta de projetos de vida, no desemprego, nas dificuldades de acesso a serviços públicos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer de qualidade”.

Portanto, quando vinculamos a discussão da Sociedade de Consumo assumindo expressões de Sociedade de Risco apontamos para as práticas de consumo como centralidade para a sociedade; não necessariamente será dentro de contexto totalmente disfórico, mas é revelada nas desigualdades social, econômica e cultural que se apresentam no cotidiano dos indivíduos, com destaque para os/as adolescentes, dado o potencial de negligência e violação de seus direitos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é recorte de uma pesquisa maior e se estabelece no contexto de uma abordagem qualitativa, porque se preocupa, conforme refletem Silveira e Córdova (2009, p. 32), “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Os instrumentos de coleta de dados que podem ser caracterizados aqui em termos de sua obtenção são via documentação direta (observação e entrevista) e documentação indireta (dados secundários e literatura).

Apesar deste artigo revelar as entrevistas realizadas com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, cabe salientar que no escopo da pesquisa maior foram realizadas entrevistas com oito profissionais da equipe técnica multidisciplinar, e o acompanhamento por parte da pesquisadora de 12 das atividades cotidianas (que consistiam em oficinas temáticas realizadas com 80 adolescentes e 26 famílias). Como documentação direta, os apontamentos mediante a observação dessas oficinas se fazem pertinentes, bem como as entrevistas. Para Severino (2007, p. 124), utilizar a técnica de realização de entrevistas “visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”.

As entrevistas foram realizadas a partir de roteiro semiestruturado, visando atender à necessidade de deixar os indivíduos à vontade, porém, dentro de uma interlocução guiada. O roteiro semiestruturado é caracterizado por “um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT et al., 2009, p. 72).

O corpus da pesquisa é composto por 1 CASEM, localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR), escolhido a partir do critério de faixa etária (idades de 13 a 17 anos por se tratar do período da adolescência), visto que os demais CASEM's na região não atendiam a essa característica. Quanto aos adolescentes entrevistados, compreenderam aqueles em cumprimento de semiliberdade com idades de 15 a 17 anos, os quais as famílias autorizaram as entrevistas previamente e eles aceitaram participar, totalizando quatro indivíduos.

O número reduzido de adolescentes se deve à alta rotatividade que caracteriza a medida socioeducativa de semiliberdade, pois, ao longo do acompanhamento dos adolescentes pela pesquisadora, muitos receberam remissão da medida e passaram a cumprir liberdade assistida (LA) ou/e prestação de serviço à comunidade (PSC). Além da rotatividade,

outros fatores são a construção de vínculo com a pesquisadora, tempo para o desenvolvimento das entrevistas de modo individual (haja vista o cotidiano de atividades desenvolvidas dentro e fora da instituição) e prévia autorização da família (encontros mensais com baixa presença dos familiares).

É importante assinalar que, para fins de autorização, os adolescentes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, posteriormente, além da autorização prévia de suas respectivas famílias a partir do Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TLCE, que garantem aos participantes o sigilo quanto à identificação, com a utilização de nomes fictícios. Todos os termos desta pesquisa foram elaborados pela pesquisadora em consonância com as diretrizes éticas da pesquisa envolvendo seres humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS nº 466/2012 e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, Artigo 5º, Incisos X e XIV, e no Novo Código Civil, Artigo 20.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, no CASEM, com o auxílio de gravador digital e duração média de 25 minutos; posteriormente foram transcritas e a análise dos dados se deu a partir do Método de Análise do Discurso com base em Eni Orlandi ([2009] 2015), onde “o sujeito é Linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia” (ORLANDI, [2009] 2015, p.90).

RESULTADOS E ANÁLISES

O terceiro ponto de reflexão deste artigo situa a questão geracional dentro deste contexto de violência cotidiano, a partir das complexidades sobre as práticas de consumo dos adolescentes. Para isso serão trabalhados dados de uma das oficinas temáticas que teve como objetivo a discussão das práticas de consumo e os valores sociais. A partir da dinâmica de círculo com todos/as sentados no chão, foram expostos bens de consumo de interesse dos adolescentes (escolhidos em diálogo com a equipe técnica) e valores sociais (traduzidos em sentimentos e instituições importantes, como família por exemplo) para atribuição de investimento com base em valores estipulados pelos próprios. Participaram da atividade oito meninos, além da pesquisadora e de três profissionais da equipe técnica.

Foram entregues as cédulas de dinheiro de brinquedo, R\$ 287,00 para cada um. Logo na primeira rodada os meninos atribuíram valor aos produtos e não às emoções. A bermuda Seaway e o tênis Nike foram alvo de muitos investimentos. Passamos por dez rodadas. Um dos meninos, o mais novo desse grupo (B., 14 anos), na segunda rodada já tinha investido

todo o seu dinheiro em boné, liberdade e pizza, sinalizando a dimensão objetiva e subjetiva da perspectiva de consumo, a primeira caracterizada em bens de consumo como boné e pizza e em valores sociais como a liberdade.

Dois dos meninos ficaram mais acirrados nas apostas pela bermuda da Seaway, compreendida pelas profissionais técnicas como símbolo de poder dos adolescentes. O consumo ganha tangência principalmente em países em desenvolvimento, “no cotidiano das relações interpessoais e comunitárias, a ultrapassagem da situação de miséria e/ou condição de pobreza, constituindo em si a posse, portanto, um valor” (SALES, 2007, p.133). Desse modo, não é apenas ter ou usar a marca específica porque todos usam, é o contexto social que carrega consigo o significado de aquisição e pertencimento à determinada parcela da sociedade com prestígio. Para os adolescentes em pauta a hierarquização não apenas das práticas de consumo, mas das marcas que utilizam são tomadas de significados, ascensão, sucesso, poder, pertencimento. Apesar disso, eles não visualizaram problema em saírem com a mesma estampa, por exemplo.

Um dos meninos, apesar de ser um dos últimos a sair das rodadas, investiu muito valor nas drogas representadas, sempre referenciando que ia ficar “loucão” com aquilo tudo. Ninguém escolheu a cerveja, apontaram que era fraca. O álcool, apesar de ser uma droga lícita na sociedade, para essa faixa etária é ilícita e serve como porta de entrada para as drogas mais fortes, como por exemplo a de referência para eles, a maconha.

Independentemente dos aspectos morais que circundam o problema, a questão das drogas na sociedade atual tem evidentes e escancaradas implicações econômicas e sociais, ou seja, atua como mercado de trabalho paralelo para setores excluídos do mercado formal e sem êxito no mercado informal, bem como, no caso infanto-juvenil, como alternativa, pernicioso, para a ausência de políticas sociais mais eficazes (CUNHA, 2000, p. 56).

Um dos meninos conseguiu expressar um conjunto complexo de bens de consumo, com variação e quantidade, representados por bermuda, moto, óculos, churrasco e sandália. Apesar de contextos diferentes, tem muita coisa que os une e outras que os diferenciam, mas os bens de consumo “adquiridos” por este adolescente foram positivados pelos demais, com a argumentação que ele iria chamar a atenção das meninas.

Além da liberdade, os outros valores investidos foram paciência, emprego digno e vida longa. Possuem compreensão similar entre eles do que é bom ou ruim. Geralmente a referência é a do grupo, o que tem mais ou menos aceitação. Apesar de serem adolescentes e

periféricos eles possuem diferentes formas de acessar os capitais culturais, econômicos e sociais, de modo que as referências de grupo podem ser divergentes.

Como estratégia de encerramento, optou-se por refletir sobre as escolhas que não tiveram investimento deles, como a família e o amor. Apontaram que estas são instituições que não dá para comprar e sim que se conquistam; ainda sobre o amor, a questão do amor de mãe é algo levantado como “troféu” por eles e como sendo o único verdadeiro.

Os discursos dos adolescentes sobre o consumo, referentes às entrevistas realizadas com os quatro adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade que participaram da oficina temática sobre as práticas de consumo e valores sociais serão expostos em suas vivências, para assim estabelecermos a análise da Sociedade de Risco e a violência como fenômeno na adolescência.

O adolescente A., de 15 anos, estava no CASEM há uma semana no momento da entrevista. Passou 40 dias no CENIP. Tem uma namorada há 4 meses e ela também tem 15 anos. Não possui religião e está no 7º ano. Mora com os pais e o irmão mais velho, que já esteve envolvido com tráfico de drogas. Para ele, família é tudo. Chegou na semiliberdade porque cometeu assalto e coloca como justificativa a compra de drogas. Relata que consome apenas maconha e que conheceu a droga aos 13 anos por influência dos “maus elementos com quem andava”.

É de um bairro periférico da RMR e, apesar de gostar de morar lá, aponta que é preciso ter grana para participar das atividades que têm no bairro. Salaria que são atividades promovidas nas praças e no centro comunitário, a que prefere é jogar bola. Sobre o seu cotidiano, responde que “era na rua e em casa, da rua para casa!”. Revela que parou de estudar há aproximadamente 6 meses e não consegue explicitar o porquê, mas sinaliza que não tem nada de bom na escola, exceto as aulas de educação física.

Quando perguntado sobre a semiliberdade, conceitua que “é indo e voltando”, uma referência à privação parcial da liberdade, de forma que salienta que é melhor do que “está preso”, em referência ao tempo no CENIP. Sobre o significado de lazer, responde: “é viajar! É ir para outros cantos. Tirar férias. Ir para Dubai, Miami, todo canto”. Como plano para o futuro, além de trabalhar, quer “terminar isso aqui (cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade), fazer uma família e ficar de boa. Trabalhar! Ficar sossegado, sem besteira e trabalhar”.

O Adolescente B., 15 anos, chegou há uma semana na semiliberdade depois de 40 dias no CENIP, foi “apreendido pela polícia roubando celular com um “simulacro”(simulacro) de

arma de fogo”, conforme relata, e justificou que precisava de dinheiro. Quando questionado por que, responde que “para comprar coisa para mim e também o presente de uma colega minha. Ia ser a festa dela e eu estava sem e minha família não tinha como me dá o dinheiro e eu também não gosto de pedir nada a minha família não”. Mora com a mãe e dois irmãos (17 e 6 anos) em um assentamento sem-terra, o pai faleceu, e o tio que cuidava dele, com a mãe, também faleceu há pouco tempo. Família significa tudo para ele.

Não tem religião. Namora há 1 ano com uma garota de 13 anos e está no 7º ano do ensino fundamental. Gosta de matemática e não gosta muito de português. Sobre as drogas, “já consumiu mas hoje mais não”. “Só maconha e loló, mas não gosto muito, foi por influência de amigos”. Resume que tem uma vida simples, mas que dá para viver, e que apesar de ter feito muita coisa errada, agora está procurando fazer o certo. Quando perguntado sobre o que é lazer, diz “é se divertir, é brincar, essas coisas. Mas eu não me importo com essas coisas mais não. O meu negócio agora, o que eu quero fazer é trabalhar, estudar e sossegar”. Sobre planos para o futuro, aponta que “meu sonho, meu sonho mesmo é ser médico. Mas não dá mais não porque eu parei de estudar depois que eu caí. Então isso aí eu quero, mas já está chegando no final do ano já. Minha mãe vai ver se pega a transferência para ver se consegue uma escola aqui perto para mim”.

O adolescente B revela que gosta muito de bermuda jeans e que não tem marca específica. Questionado pela pesquisadora: “mas você gosta, como que não tem uma favorita?” Com um pouco de incômodo, aponta: “não é que eu não goste. Mas é que muita gente usa, e quem usa é assim maloqueiro e minha mãe não gosta e nem quer que eu use”. É possível compreender essa questão da vinculação do vestuário à caracterização da figura do maloqueiro na perspectiva de similaridade a um grupo social ou expressão que a família dialogue que seja negativo, disfórico à figura de adolescente desejada. De modo que imbrica uma série de violências de ordem subjetivas, visto que,

[...] a realidade de *apartheid* dos jovens pobres, inclusive, não será uma prerrogativa brasileira ou latino-americana: ela se dá nos guetos étnicos americanos (hispanicos, negros, italianos, irlandeses e etc) e também na Europa, com destaque para França e Inglaterra, e seu crônico problema cultural-imigratório, ligado, por vezes, à condição de juventude operária (SALES, 2007, p. 127).

Sobre o que você gostaria de consumir? E por quê? Diz: “Seaway ou Mentor. Porque a Seaway assim se a pessoa souber se vestir fica meio playboyzinho e daí fica legal. Mas se não souber fica óleo”. Perguntado sobre o significado de óleo, aponta “tipo escamoso para os ‘homí’

né tia?. Qualquer policial que ver a gente assim já tá em cima”. Mais uma vez é possível dialogar sobre as características disfóricas à figura de adolescente esperada pela sociedade. Sales (2007) estabelece que a vinculação a algo negativo não parte somente da família como primeiro núcleo socializador, mas sobretudo, da sociedade, e nesse caso específico, do Estado, a partir dos policiais. Sales (2007) reflete que

[...] tudo que os jovens pobres questionam e produzem irreverentemente, aqui e alhures, e a tudo o que reagem é concebido, invariavelmente, como violência, mesmo em se tratando de meras transgressões e incivildades: como o grafite ou pichação, que teve início nos Estados Unidos da América ainda dos anos 70 ou o surfe ferroviário no Rio de Janeiro dos anos 90 (SALES, 2007, p. 127-128).

O adolescente C., 17 anos, é casado há aproximadamente 1 ano e 3 meses com uma adolescente de 16 anos. Moravam juntos na casa da mãe dele, mas agora ela mora na casa dos pais dela. Tem dois irmãos, de 19 e 17 anos, e duas irmãs, de 16 e 15 anos. Tem um que não conhece, confessa que o pai é complicado. Os irmãos são amigos também, tem uma hora que brigam, mas no final termina todo mundo junto. Aponta que o relacionamento com a família é bom, que tem vez que tem umas discussões em casa, mas sempre termina bem. As discussões são por causa do tio, “ele bebe muito e fica perturbando com a minha vó e eu não gosto não, porque eu saí logo aperrado de perto porque se não vou arrumar barulho”. Conta que pode contar com “a vó, minha mãe e meus irmãos”. “Posso contar com eles a toda hora. Tá comigo sempre, por isso que eu quero abraçar para sempre. Eu posso tá errado ou tá certo eles tão comigo. A melhor coisa da minha vida que eu tenho, primeiramente Deus e eles”.

Está cursando o EJA para o ensino fundamental II, à noite. Não tem religião, mas frequenta a Assembleia de Deus. Considera-se uma pessoa calma, não arruma problema com ninguém. “Evito problema, procuro uma melhora para mim. É né a minha vida continua indo assim, ajudar a luz na minha casa quando tiver precisando, uma coisa melhor assim”. Cumpre medida socioeducativa desde 2017 por causa de um ato infracional que praticou com um irmão. Passou 45 dias no CENIP. “Foi assalto, 157. Foi de celular. Estava eu e meu irmão. Eu juntei com meu irmão e na hora era a droga o objetivo, mas a gente *tava*, não *tava* em si não. Nem eu nem ele”. Diz que usava maconha e que parou. “Estavam me destruindo e isso não é vida para ninguém não”. Quando perguntado sobre a semiliberdade, responde “Não vou dizer que é bom porque não é bom ninguém tá preso. Tá indo. Pior *tava*. Aqui já arrumaram curso para mim, tiraram minha carteira de trabalho, vão arrumar um emprego para mim. Tá indo minha vida né”.

No seu cotidiano, quando vai para casa diz que gosta de ficar em casa “eu ajudo minha mãe. Porque ela tem uma barraca em casa, um depósito de água, aí eu fico em casa e ajudo

ela, e quando os outros pedem uma água aqui outra ali eu pego e levo. Ajudando minha mãe, ajudo minha vó eu fico em casa com o filho da minha prima de vez em quando, eu fico em casa da minha namorada. Vou para escola de noite. De vez em quando vou para igreja de noite e quando eu estou aqui eu vou para curso de manhã”. Quando indagado sobre o que é lazer, diz “é tá com a minha família reunida, tudo junto. Todo mundo com saúde. Todo mundo reunido e com saúde já tá bom para mim”.

Tem como matérias preferidas artes e matemática, e não odeia nenhuma. “Porque como que a pessoa pode odiar um negócio que mais na frente pode ser sua profissão. Não tem que odiar né, tem que gostar de todas porque vai ser a profissão da pessoa. Eu tô tentando lá no curso arranjar um curso para mim de eletricista, trabalhar com refrigeração”. Para o futuro planeja estar “com meu filho, com a minha casa, com a minha família e com meu emprego”.

O adolescente D., 16 anos, namora há 6 meses uma adolescente de 16 anos. Está no 6º ano do ensino fundamental, não tem religião, mas frequenta a Universal do Reino de Deus. Mora com os avós e as tias. A relação com a família é boa. Só meu avô que tá meio doente. Ele pega muito no meu pé. Porque ele gosta de mim né? Tenho 5 irmãos, tudo homem. “Eu sou mais velho que dois. Mora só três comigo e os outros 2 com o pai, porque meus pais são separados”. Afirma que pode contar com a avó, o avô e a tia também.

Sobre o consumo de drogas, consome maconha há muito tempo e não lembra por quem e como iniciou. Quando indagado sobre um breve resumo da sua vida, diz “eu já fiz altas coisas tia. Já trabalhei, já repeti de ano. Só isso mesmo. Eu sou tranquilo né tia. Só mexo com quem mexe comigo”. Está há mais de 6 meses na semiliberdade. Já cumpriu liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade de 6 meses também. Sobre a semiliberdade, diz: “a pessoa fica mais tia (referente ao tempo na instituição), sem dever nada a justiça. A pessoa tá pagando né tia. Pelo que a pessoa cometeu. A pior coisa de estar aqui é porque a pessoa fez coisa errada né e que não era para ter feito isso”. Está cumprindo medida socioeducativa por roubo. “Roubei carro tia, eu *tava* liso”.

Quando vai para casa gosta de sair com a namorada, ficar com a mãe, ir para a igreja e sair para umas festas. “Principalmente festa de rave, pagode e brega”. Revela que lazer “é a pessoa brincar, distrair a mente, ficar com os colegas, jogar bola. Empinar pipa. Ir a festas”. A matéria preferida é o Inglês. E não gosta muito de matemática “eu acho mais complicado”. Para o futuro, quer estar “como um *boysinho* né tia? Eu quero ter uma moto, uma Falcon prata”. Nesta questão, a reflexão sobre o deslocar do tempo e do planejamento é fundamental, para Bauman (2008, p.45), “um ambiente líquido moderno é inóspito ao planejamento,

investimento e armazenamento de longo prazo” e para esse ponto da discussão é criado um tempo pontilhado (abordado na teoria de Mafesoli) – onde este tempo é apresentado Inconsistente e descontínuo. Sendo assim, apropriado rotineiramente pela indústria de produção cultural de massa. A moto, para o adolescente, assume o sentido de igualdade com os demais indivíduos, em consonância com o que é projetado pela mídia e pelos comerciais que apresentam o espírito de liberdade e autonomia na aquisição.

Sobre um desejo de consumo, o Adolescente D., 17 anos, ressalta que “queria comprar uma roupa da Gucci que vende no shopping e é importada”. “Esse desejo de pertencimento e de visibilidade suscitado pela moda foi instigado e alargado pela nova representação social e densidade que ela adquire, já desde o século XVIII e que se aprofunda no século XIX” (SALES, 2007, p. 125).

Ainda na perspectiva da moda, o desejo pela roupa Gucci, uma marca de luxo, possibilita a reflexão de Dejeux (2011 [2006], p.30), onde aponta que no início do Século XIX - "o fato de não trabalhar e de consumir suntuosamente por delegação torna-se o signo da distinção social". Diante desse apontamento, correlacionar o desejo de consumir Gucci ao consumo ostentatório é eminente; Dejeux (2011 [2006], p. 31) destaca que “para Veblen, o fato de não trabalhar e o modo de consumo são os indicadores da hierarquia social e de gênero da sociedade moderna”.

Diante desse contexto, é possível concatenar mais uma vez a Sociedade de Consumo com expressão de Sociedade de Risco, ou vice-versa, já que Beck (2011, p. 68) diz que “produção e consumo são levados, portanto, a um novo patamar. Em lugar das necessidades preestabelecidas e manipuláveis como marco referencial para produção de mercadorias, entra em cena o risco autofabricado”. Para o adolescente D., esse risco autofabricado se deu a partir do momento em que as suas habilidades socioeconômicas atuais não lhe ofereceram a possibilidade de adquirir determinados produtos desejáveis, levando-o, mesmo que indiretamente, a caminhos de violência para ganhar a visibilidade e o objeto almejados.

Portanto, as narrativas sobre o cotidiano e as práticas de consumo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade apresentadas aqui a partir dos adolescentes não significa todo o corpus da semiliberdade, mas traz elementos para a contextualização e o estabelecimento de diálogo sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo desenvolveu análise sobre a Sociedade de Risco e a violência como fenômeno na adolescência, com base nos reflexos da Sociedade de Consumo e com especificidades de adolescentes em cumprimento de semiliberdade. No entanto, esse é um “retrato” dentro da complexidade de categorias teóricas [Sociedade de Risco e Violência] com contextos que perpassam todos os períodos de desenvolvimento humano, mas que na adolescência ainda se revela como um período inquietante, dada a discussão de tutela do Estado versus a responsabilização destes.

Os adolescentes entrevistados apontam para trajetórias entrecortadas pela fragilidade de proteção da escola, da família e do Estado. São cotidianos de ausências e dificuldade para lidar com as problemáticas referentes às transformações biopsicossociais dessa fase da vida. Quanto à intersecção com a cultura do consumo, ela se dá a partir de práticas que desencadearam atos infracionais, justificados em muitos momentos pelo efeito e uso de drogas, mas com finalidade de aquisição de outros bens de consumo ou de manutenção da vida. A ausência de trabalho e de constituição de renda familiar são pontos-chave que arrematam as trajetórias entrecortadas por expressões de violências sociais cotidianas.

As questões subjetivas implicam em contextos de violências caracterizados sobretudo pela reiteração da ausência das habilidades socioeconômicas e culturais e pela inability em demonstrar as características que a sociedade espera do que é ser adolescente. As práticas de consumo acabam por ser hierarquizadas e, em muitos momentos, estereotipadas pela sociedade, no sentido de segregação desse jovem. De modo que, o que caracterizará de fato esse adolescente é a sua falta de habilidade de mobilizar as instituições de proteção, promoção e garantia de direitos, tais como família, Estado e sociedade. Portanto, a utilização de marcas específicas revela não apenas a dimensão simbólica do consumir pautado pelos adolescentes, imbricado de questões de pertencimento e violência, mas perpassa sobretudo, pela condição de classe social. Logo, não são apontamentos estáticos, mas revelam produções de sentido na sociedade que vem expondo cada vez mais os/as adolescentes a situações de vulnerabilidades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Livia (Org.). **Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Alexandre Werneck (Tradução). Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, ODIR; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias** – Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Ed. Saraiva: 2008.
- BRASIL. **Artigo 227 do Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988**. <http://www.jusbrasil.com.br>. 09 set. 2013.
- CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Adolescência: normalidade e psicopatologia**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 160 p.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Adolescente em liberdade assistida: algumas histórias**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. 208 p.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, V.25, n.1. p. 15-36. 2013.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 2 ed. 3 v. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- COUTINHO, Luciana G. **Adolescência e errância: Destinos do laço social no contemporâneo**. Editora Nau: Rio de Janeiro, 2009.
- DEJEUX, Dominique. **O consumo: abordagens em ciências sociais**. Tradutores: Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres Barros Lameiras, Rachel Rocha de Almeida Barros. Maceió: EDUFAL, 2011 [2006]. 205 p.
- GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. **Estrutura do projeto de pesquisa**. In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MACHADO, Mônica. **Consumo e Politização**: discursos publicitários e novos engajamentos juvenis. Rio de Janeiro, Mauad: Faperj, 2011.

MALTA, Cláudia Viana de Melo. **A (in)visibilidade de crianças e adolescentes**: o avesso da regulação social do Estado e os caminhos de resistência. EDUFAL: Maceió, 2009.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo I**: Mercados, significados e gerenciamento de marcas. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo II**: Mercados, significados e gerenciamento de marcas. Tradução de Ana Carolina Balthazar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo**: Uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo; Jan./mar. 2007.

NETO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: Conhecimento e crítica. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12ª Ed. Pontes Editores: Campinas, SP, [2009] 2015.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Marcionila; OLIVEIRA, Wagner. Exército juvenil. **Diário de Pernambuco**. Caderno Local. Pernambuco: Recife, 2017. Publicação: 24/06/2017. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/exercitojuvenil/>>. Acessado em 25/06/2017.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do Brasil**. Brasília: DF, 2015.

IPEA; FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2018**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2018.

IPEA; FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019.

FUNASE. **Relatório Anual de 2018**. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Recife: Pernambuco, 2019. Disponível em: http://www.funase.pe.gov.br/doc/VF_09_07_19_Relatorio_anual_2018_Funase_diagramado.pdf. Acesso em: 17/09/2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 391 p.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede**: experiências na pesquisa e extensão universitária [livro eletrônico] / organizado por Márcio Viei de Souza e Kamil Giglio. - São Paulo: Blucher, 2015.